

*Sociedade, Nação e Espiritismo: Os combates de Fernando do Ó (1930-1940)*¹

Beatriz Teixeira Weber²
Renan Santos Mattos³

Resumo: O processo de pluralização do campo religioso brasileiro em finais do século XIX, evidenciou a constituição de um mercado competitivo de bens de salvação. Diante desse quadro de perda do monopólio da igreja católica e a ascensão de outras vertentes religiosas, evidenciamos as lutas dos grupos espíritas e suas respectivas estratégias de inserção no espaço social a partir da trajetória de Fernando Souza do Ó, líder espírita santa-mariense. Nesse sentido, temos por objetivo analisar as posições políticas e filosóficas assumidas por Fernando do Ó no jornal Diário do Interior no período de 1930 a 1940, referenciando assim as interpretações do sujeito histórico sobre sociedade e nação.

Palavras-chave: Santa Maria- Campo Religioso- Intelectuais- Fernando do Ó

Society, Nation and Spiritism: the fights of the Fernando do Ó – 1930-1940

Abstrat: The process of pluralization of the Brazilian religious field in the end of nineteenth century, showed the constitution of a competitive market for goods of salvation. Given this situation of loss the monopoly of the Catholic church and the rise of other religious aspects, highlight the struggles of spiritual groups and their strategies of insertion in the social space from the trajectory of Fernando Souza do Ó, santa-mariense spirit leade. Accordingly, aims to analyze the political and philosophical positions as assumed by Fernando do Ó in the newspaper Diário do Interior, referencing interpretations of the historical subject on society and nation.

Keywords: Santa Maria- Field-Religious - Intellectuals– Fernando Ó

Recebido em 23/07/2014 - Aprovado em 28/08/2014

¹ O presente artigo é uma versão ampliada de temas discutido no terceiro capítulo da dissertação intitulada “Que espiritismo é esse? Fernando do Ó e o contexto religioso de Santa Maria (1930-18940) defendida junto o programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria com apoio do Fundo de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

² Doutorado em História Social da Cultural na UNICAMP, Pós-doutorado no Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, professora no Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, autora dos livros As Artes de Curar (1999), Instituições de Saúde de Porto Alegre (2008). E.mail: beatrizweber@gmail.com

³ Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria. Professor de Ensino Básico na Escola Irmão José Otão. E-mail: renansnatos@gmail.com

Introdução

30 de dezembro de 1930. Frente ao forte calor costumeiro na Santa Maria da Boca Monte, manifestantes em favor da liberdade religiosa ocuparam as ruas para discutir a suposta oficialização da Igreja Católica Romana (*Diário do Interior*, 31 de dezembro de 1930). O centro ferroviário descortinava as tensões religiosas em disputa na cidade. À frente de tal ato simbólico, próximo a Loja Maçônica Luz e Trabalho, discursaram, sob aplausos, José B. Leão, membro da Igreja Mediador, professor Cícero Barreto, professor Diógenes Cony, Otacílio Aguiar e o tenente Fernando Souza do Ó. O desfecho foi emblemático. Ovos foram lançados sobre a assistência durante tal ato. Interpretamos esse evento como fato instaurador da trajetória de Fernando do Ó enquanto importante liderança e defensor de um projeto intelectual-religioso na cidade de Santa Maria.

Vivenciamos, em nossa pesquisa, uma definição de projeto de Espiritismo Kardecista colocado em prática por um conjunto de membros que se definiu enquanto propagandista na cidade de Santa de 1930-1940. Assim, justificamos Fernando do Ó enquanto agente expoente, pois sua trajetória permite evidenciar os arranjos e configurações do mundo social em que se insere. Logo, neste artigo, traçamos pressupostos de seu pensamento acerca de assuntos que permeavam a década de 1930, partindo de uma dimensão que Artur Cesar Isaia (1998, p.29) define como “empreendimento construtor da realidade”. O presente artigo, dessa forma, dedica-se a analisar essa “intrincada rede”, portanto, de como a realidade social e as suas sutilezas são pensadas, elaboradas, e dadas a ler a partir do testemunho do sujeito histórico.

O texto escrito⁴, entendido aqui enquanto elemento delimitador da identidade espírita revelou-se como fundamental na perspectiva propagandista assumida por Fernando do Ó. A partir de seleção de textos presentes no jornal *Diário do Interior*, nos debruçamos em dimensionar tanto as questões da concorrência do campo religioso de Santa Maria quanto evidenciamos um conjunto de vozes silenciadas, derrotadas, em relação à pretendida conformação da identidade católica na cidade e no Brasil.

O corpus documental deste trabalho prioriza a atividade pública de Fernando do Ó. Para sua execução, utilizamos como fonte principal os artigos produzidos pelo autor junto ao *Diário do Interior*⁵, complementadas pela documentação da instituição espírita Aliança Espírita Santa-Mariense no recorte de 1930-1940.

Contextualizando Fernando Souza do Ó, entendemos que ele se apresenta como intérprete do seu tempo histórico no periódico *Diário do Interior* no contexto de 1930 a 1939, envolvendo-se nos assuntos da sociedade de seu tempo, permeando pressupostos

⁴ Sobre a relação espiritismo e cultura letrada Ver Bernardo Lewgoy (2000).

⁵ A coleção do jornal não está completa, usamos o que estava disponível no acervo do Arquivo Histórico de Santa Maria (1932-1939) e Casa de Memória Edmundo Cardoso (1930-1932). Ainda sobre as fontes, mantivemos a escrita original. Segundo Marta Borin (2010), o *Diário do Interior* foi criado em 1911, sendo a primeira folha de propriedade do anglicano Alfredo Rodrigues da Costa. Era um jornal independente e sem cores políticas, e buscava reforçar a modernidade que chegara com o trem na cidade. Voltado para temas como política, sociedade e cena internacional, a Seção Telégrafo, por exemplo, veiculava notícias do estado e do país, ao mesmo tempo em que veiculava notícias de outros periódicos, como *Diário Carioca* e *Diário da Noite*. Assim, delimitamos esse espaço como o lugar social de atuação de Fernando do Ó. Nele presenciamos análises de obras de arte, de filosofia, de literatura e política, falando do seu tempo imediato.

ligados a doutrina espírita e a sua formação acadêmica. A fim de atender nosso objetivo, inicialmente, abordaremos a fabricação de intelectuais na história política do Brasil a partir dos anos de 1930, passando para análise documental onde apresentaremos as posições assumidas pelo autor, que revelam uma leitura da sociedade em que se insere. Sob a égide da liberdade religiosa, do estado laico, da aliança religião/ciência, presenciamos uma proposta peculiar de pensar o Brasil e seu povo.

O Intelectual como categoria histórica – ponderações e reflexões.

Analisando as notícias que versam sobre Fernando do Ó, a categoria intelectual é recorrente. Ele é considerado o Patrício⁶, colaborador junto ao Jornal Diário do Interior, o que remete ao contexto específico da conjuntura dos anos de 1930, viabilizando a análise do intelectual enquanto objeto de pesquisa da história. Inúmeros estudos problematizam a relação intelectual e o regime varguista, suas rupturas e continuidades. A partir desse diálogo, pretende-se pensar a inserção de Fernando do Ó.

Mônica Velloso (1988) infere que os momentos de crise e mudanças históricas profundas criaram condições para a emergência de elites intelectuais na pretensão de interferir no cenário político nacional. Dessa forma, fica evidente a busca de especialização de determinado grupo enquanto salvaguarda da nação, sociedade e povo. Precisar o que seja intelectual é uma tarefa complicada. Norbert Bobbio define que o intelectual deve ser reconhecido por sua função criadora, diretiva e educativa. E situa, nesse sentido, o intelectual como sendo a quem

se atribui de fato ou de direito a tarefa específica de elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, concepções domundo ou simples opiniões, que acabem por construir as ideias ou os sistemas de ideias de uma determinada época e de uma determinada sociedade (BOBBIO, 1997, p. 110).

Além disso, sustentamos o conceito de intelectualidade a partir de Sirinelli (1996). Para Sirinelli (1996) a categoria intelectual desdobra-se primeiramente num sentido – sociológico e cultural – caracterizando como os criadores, os mediadores e os receptores da cultura (por exemplo, os jornalistas, os escritores, os professores, os estudantes, etc.), articulados a uma época e um lugar específico. A segunda definição é baseada na noção de engajamento. Nesse sentido, ambos os modos de engajamento revelam-se como modelos de intervenção política na sociedade em que se inserem.

Mônica Pimenta Velloso (1982, p. 93) ressalta que “os intelectuais passaram a desempenhar papel vital na nova ordem [Varguista] enquanto porta-vozes dos verdadeiros anseios da sociedade que corporificam e dão forma ao subconsciente coletivo”. Dessa forma, a relação entre intelectuais e poder político esteve ligada ao problema da construção da nacionalidade. Porém, que nacionalidade era essa? Tal

⁶ Termo frequentemente utilizado pelo jornal cujo significado indica o sujeito que participa dos assuntos da cidade.

discurso ressalta uma “alma nacional” latente, um projeto político das características do nosso povo, cujo insucesso decorria da política liberal. Dentro de tal dimensão, o Estado Novo ambicionava a regeneração do homem brasileiro, recuperar um “tempo idílico” com o olhar sobre novos tempos. Nesse raciocínio, os princípios liberais acarretariam a derrocada da identidade da “alma nacional”.

Segundo Velloso (1988), a busca da brasilidade vai converter-se no ufanismo, considerando o esforço de valorização da tradição, dos símbolos e heróis nacionais, exemplos para reforçar e inspirar na busca de superação da crise em que estavam inseridos. Paralelo a isso, segundo a autora, inaugurou-se o projeto de reconceituar o popular, definido como a expressão mais autêntica da alma nacional. Ocorre, porém, de que este povo era visto de forma ambígua, entre o positivo e o negativo, já que em suas raízes era visto simultaneamente como inconsciente, analfabeto e deseducado. Esta ambiguidade em relação ao popular irá consubstanciar o projeto “político-pedagógico” implementado pelas elites. E, dessa forma, Velloso (1988, p.71) conclui: a cultura popular é vista como expressão do genuinamente nacional, cabendo ao Estado a função de resguardá-la das invasões “alienígenas”.

No campo da cultura, a fase de 1930-1945 demarca uma nova relação no que se refere aos estudos históricos e sociais. Nomes como Gilberto Freyre, Artur Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo e Caio Prado Júnior exerceram papel importante na formação dos quadros da intelectualidade brasileira, e foi o período no qual o movimento editorial se firmou. Imbuídos de características de “elite dirigente”, “salvadores da nação”, os intelectuais colocaram-se na missão de forjar uma cultura brasileira “autêntica” segundo as raízes culturais brasileiras. Aliados com o governo, presentes nos espaços do jornal, os intelectuais tinham uma função demarcada e indicavam novas possibilidades.

Fernando do Ó testemunhou tais mudanças. Articulista e cronista do jornal *Diário do Interior*, ainda que não analisemos sistematicamente o espaço do jornal, ressaltamos a presença de figuras ilustres do cenário da cidade de Santa Maria, como João Belém, Diógenes Cony, padre José Busato, padre Huberto Rohden, Adely de Abulquerque, entre outros, que, com suas posições e artifícios políticos, interferiam no espaço da cidade e do Brasil.

Fernando Souza do Ó nasceu em 30 de maio de 1895 na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. Com 15 anos, como voluntário, ingressou na Companhia de Caçadores no estado do Mato Grosso, escolhas que o colocarão em situação migratória, chegando em Santa Maria na graduação de 3º Sargento em 1913, sendo designado para uma tradicional organização militar – o 7º Regimento de Infantaria. Esse aspecto de sua vida seria de suma importância no contexto de suas redes de afetividades e afinidades.

A situação solitária, numa cidade distante, implicava no dia-a-dia de Fernando do Ó. Um exemplo refere-se ao fato que Fernando realizava todos os dias suas refeições na pensão da Dona Honorina Nunes Pereira. Nesse ambiente, conheceu Maria Altina, uma das filhas da Dona Honorina, com quem se casou em 1915.

A importância da presença de Fernando do Ó na sociedade santa-mariense pode ser constatada a partir das homenagens registradas nas páginas do jornal Diário do Interior, em 14 de dezembro de 1932, em virtude da conclusão do Bacharelado em Direito. Nesse sentido, o jornal ressalta as inúmeras cartas e felicitações recebidas por Fernando do Ó e a entrega simbólica de uma lembrança por amigos do Hospital da Garnição de Santa Maria.

Por ocasião da festividade, o Capitão-médico Salúcio Brenner de Moraes discursou. Tomado de emoção em tom de despedida, dirigia-se ao ilustre formando da seguinte forma:

Quando após anos de convívio, em que nos foi dado apreciar as qualidades de inteligência e coração, que te exortam a personalidade, ontem, nos deixaste, para te lançares na senda que teu espírito de combatividade eleger, fizemos a propósito a guisa de despedida e aplauso, de nos congregar para te oferecer o anel simbólico, a fim de que tivesses uma prova de nossa amizade e de nós guardares uma imperecível lembrança.[...] (*Diário do Interior*, 7/12/1932)

O Doutor Salúcio Brenner de Moraes, em suas palavras, resgatou a trajetória de lutas, abnegações e desafios que compuseram a vida de migrante de Fernando do Ó. Logo, enaltecia a trajetória de superação, suas qualidades de perseverança demonstradas na concretização do seu maior objetivo, vencendo etapa por etapa. Ao final do discurso preferiu palavras de incentivo, desejando votos de felicidades e a certeza que a mesma fé que o tinha conduzido até ali iria possibilitar novos horizontes e realizações. Enfim, concluiu olhando para o futuro, e que um dia teriam orgulho de dizer: aquele era dos nossos.

Iniciava-se, assim, segundo Corrêa (2004), uma trajetória de sucesso na “ciência do Direito”. Após seu licenciamento e transferência para a reserva em 1934, no posto de 1º Tenente, atuou principalmente nas áreas civil e criminalista. Em 1940, participou da fundação da Sociedade Rio-Grandense de Criminologia, sendo presidente da 6ª Subseção da Ordem dos Advogados nos anos de 1940.

Ao tomarmos como referência o argumento de Corrêa, há um enquadramento de memória. Nesse sentido, Corrêa esclarece sobre a carreira do mesmo:

Fernando do Ó lotava as galerias do Fórum quando atuava nos júris, dada a sua oratória e sua eloquência que o tornava como um gigante na tribuna. Como advogado primava só por defender causas justas. Combatia com veemência o crime, mas não o criminoso, pois dizia que o crime sempre é uma circunstância e que a criatura humana, por essa condição e pela ignorância está sujeita a errar e a delinquir. Embora seu brilhantismo profissional, não fez fortuna, porque doava quase tudo que recebia e a maioria dos casos defendia gratuitamente. (CORREA, 2004, p.36)

Um exemplo importante remonta à greve de 1936, quando um grupo de ferroviários procurou Fernando do Ó a fim de consultar sobre a proposta do general Flores da Cunha acerca do fim da greve. A posição do advogado foi a de que eles “deviam confiar na palavra honrada do governador do Estado, pois que o mesmo sempre fora um grande amigo dos ferroviários”. A imprensa reafirmava a presença do ilustre advogado nos assuntos da cidade, assim, “o Dr. Fernando do Ó, com o seu parecer, concorreu patrioticamente para a cessação da greve” (*Diário do Interior*, 14/03/1936).

Não obstante, tal inserção no mundo jurídico oculta uma trajetória de presença no cenário cultural e letrado da cidade de Santa Maria. Como jornalista, colaborou com diversos jornais do Rio Grande do Sul e de outros estados, além da atuação permanente na imprensa espírita. Em nosso trabalho, por inserirmos dentro do contexto de Santa Maria, optamos pela colaboração junto ao periódico *Diário do Interior* no contexto de 1930 a 1939.

Sua produção literária é vasta: sete romances espíritas entre 1930-1960: *A dor do meu destino*, *E as vozes falaram*, *Almas que voltam*, *Marta*, *Apenas uma sombra de mulher*, *Alguém chorou por mim* e *Uma luz no meu caminho*. Peças teatrais⁷ e críticas literárias faziam parte de seu cotidiano. Por outro lado, o cruzamento das fontes e questionamentos acerca dessa memória constituída reforça sua vivência peculiar para a divulgação, defesa e experiência de viver a doutrina espírita em Santa Maria. Como constatamos em texto de Edmundo Cardoso:

O Espiritismo lhe deve, sobretudo, uma faceta de rara importância e robustez indizível: doutrinador vigoroso, firme e inabalável, dono de convicções admiráveis e contagiantes, numa perenidade de propósitos que lhe dava uma posição ímpar e brilhante na doutrina de Kardec. Respeitado, consultado, atuava como árbitro fiel, justo e apontador dos rumos. Legítima e incontestável figura apostolar, para melhor identificação do homem dentro de sua religião. (1978, p.233)

Logo, Fernando do Ó empreendeu um estudo sistematizado da doutrina elaborada por Allan Kardec, atuando incisivamente na cidade de Santa Maria. Denominando-se como “propagandista”, participou, juntamente com Otacílio Aguiar, na fundação de diversas instituições espíritas, Sociedade Espírita União Luz e Caridade (1929), Sociedade Espírita Discípulos de Jesus (1940), Sociedade Espírita Oscar José Pithan (1949). Romancista, contista, teatrólogo, jurista, militar, Fernando do Ó revela-se um personagem instigante com uma proposta de aproximação entre intelectualidade e contexto religioso. Logo, decifrá-lo mostra-se como uma possibilidade de evidenciar sua historicidade.

A partir dessas breves considerações, inferimos sua presença no cenário político e intelectual da cidade. Como voz leiga e especializada, suas temáticas obedeciam ao seu

⁷Participou da fundação da Escola de Teatro Leopoldo Fróes em 1943, juntamente com Edmundo Cardoso. Atuou, inclusive, como crítico de peças teatrais.. Ver Corrêa (2004)

tempo e as suas causas. Para fins de organização, e a partir das aproximações e dos conteúdos analisados, discorreremos sob sua perspectiva interpretativa da sociedade brasileira.

Entre a lei e a ciência: sociedade e nação nas páginas do jornal.

A emergência do Estado Republicano representou modificações na estrutura organizacional brasileira. A constituição de 1891 garantia ampla autonomia para os estados e instituiu um regime formalmente representativo e democrático. A consolidação das liberdades individuais esbarrava no sistema de oligarquias vigentes e suas estratégias de manutenção de poder.

Não cabe aqui desnudar o processo revolucionário de 1930, as especificidades do golpe de 3 de outubro de 1930 e toda sua historiografia⁸. Entendemos, conforme Ângela de Castro Gomes (2000), que a “Revolução de 1930” – trazendo grupos distintos de militares e oligarquias dissidentes – trouxe à cena política novos atores e sujeitos, entre os quais estava o próprio Getúlio Vargas. Após a tomada do poder, Vargas iniciou o processo de transformação política-institucional, redimensionando o poder intervencionista do estado, ainda que rodeado de momentos de crise e tensões, como os movimentos do estado de São Paulo, em 1932, os embates na assembléia Nacional Constituinte, em 1933, e, no período subsequente, a atuação e reformas da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, e o Integralismo, em 1938.

Analisando tal contexto, ainda segundo Gomes (2000), a consolidação do governo teve como bases a “força militar e consciência político-ideológica” de “uma proposta de Estado autoritário e corporativo, cujo chefe acabou por ser Getúlio Vargas”. Nesse sentido, Gomes afirma que todos esses elementos permitem inferir de que a “Revolução de 1930 só foi o primeiro passo para o Estado Novo”, pois, assim o desejavam os ideólogos do regime que, nesses termos, “sagravam tanto o destino centralizador de nossa história política como a grandeza de sua liderança”. Portanto, segundo Gomes, o período que vai de outubro de 1930 a novembro de 1937 pode ser caracterizado por conflitos e negociações que culminaram com a supressão dos aparatos legais entre governo e povo com a instalação do Estado Novo. Um regime, que em essência, “negava a ideia de uma sociedade fundada no dissenso, postulando a tendência à unidade em todos os aspectos” (2000, p. 516).

Artur Cesar Isaia (1998) aborda a relação estabelecida entre a instituição Igreja Católica e o regime varguista. Assim, ressalta o apoio concedido por Dom João Becker, que formulou que se referia aos inimigos da nação, e a construção de uma identidade nacional, sendo essa identidade indissociavelmente ligada à Igreja Católica. Logo, o cerne do apoio da Arquidiocese de Porto Alegre ao governo varguista faria parte de um universo complexo, cujo apoio decorria da ideia que o estadista seria o único capaz de conduzir a regeneração social do povo brasileiro. Partindo dessas conexões entre política

⁸ Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Sumara Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N (org). O Brasil republicano. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

e expectativa religiosas, Isaia faz menção a esse elogio ao corporativismo e autoritarismo harmônico por parte de Dom João Becker.

No mesmo sentido, Bernardo Lewgoy (2000), Fábio Silva (2005) e Sinuê Miguel (2007) incorporam em seus trabalhos as aproximações entre o estado corporativista e suas relações com o espiritismo. Silva (2005), por exemplo, aponta tais relações contextuais marcadas pelo nacionalismo autoritário, que podem ser lidas através da produção bibliográfica do médium Francisco Cândido Xavier. Tendo por referência a obra *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, publicada em 1938, obra que faz uma reinterpretação da história do Brasil à luz do espiritismo, refere-se a uma estratégia de inserção da doutrina espírita para a constituição e progresso da nação brasileira.

O livro psicografado por Chico Xavier, com a autoria atribuída ao espírito de Humberto de Campos, vincula-se aos propósitos da ideia de nação brasileira, inserindo a mesma como predestinada a receber e difundir a doutrina cristã para o resto do mundo através do espiritismo. Momentos importantes da história do país são relacionados à proteção e atuação de espíritos superiores, com o aval e a orientação do próprio Cristo. As qualidades da terra e do povo brasileiro são exaltadas e atribuídas à união das três raças: o índio, o negro e o europeu. Percebemos conexões para o discurso nacionalista, cívico e patriótico do regime varguista e que, nesse sentido, procuravam rebater as acusações de que os espíritas negavam os sentimentos nacionalistas e patrióticos, já que, a verdadeira pátria possui um Estado dirigido por uma liderança forte e responsável.

Estaria Fernando do Ó engajado na construção desse projeto de nação? Qual nação era essa? Quais as perspectivas desse projeto e suas ramificações no âmbito de disputa do campo religioso e seus diferentes agentes? A sua leitura de Estado e formas organizacionais da sociedade e nação indicavam as negociações e complexidades em curso. Com sua postura peculiar, Fernando do Ó trazia alguns duelos das forças distintas na tessitura social. Partindo de sua visão sobre legalidade jurídica e sua contraposição de limites do poder estatal, percebemos a continuidade das lutas travadas no campo religioso.

É nessa lógica que interpretamos o texto intitulado *Eutanasia*. Em tal artigo, publicado em 30 de maio de 1933, o autor fez a seguinte ressalva acerca das implicações que o tema sugeria:

Não preconizamos a interferência ex-officio do Estado em assumpto de tanta gravidade. Mas defendemos o ponto de vista filosófico de que sendo o homem senhor de sua vida pode della dispor a seu falante. É preciso que se fale e se escreva com desassombro e independência, livre de preconceitos mentirosos, e da falsa caridade, despindo a alma de sentimentos injustificáveis. A quem se julga atacado de moléstia incurável e quer, por isso a eliminação de sua vida, por inútil e perigosa, deve-se negar o direito de morrer? Si temos o direito de viver, por que não o de morrer (Diário do Interior, 30/05/1933).

Nesses termos, Fernando do Ó discorreu acerca da regulamentação de tal assunto, trazendo à discussão os limites e possibilidades da interferência do Estado no indivíduo que desistiu de viver para evitar o sofrimento. E assim argumentou:

Si a justiça cabe defender a sociedade do crime pelo heroico remédio da pena, porque o criminoso é um doente, um elemento perigoso, porque não conceder o direito ao individuo atacado de moléstia incurável o direito de pedir a morte, si é o próprio doente que pede, quem invoca o beneficio da lei? Não, mas que razões de ordem jurídica e social impedem o processo Eutanásico. (Diário do Interior, 30/05/1933).

O articulista sustentou sua posição a partir da tese de que o direito estava subjugado à ordem moral. Dessa forma, questionou se havia algum código penal que conferia pena a quem tentava se suicidar. Conforme o autor, existiria uma contradição, pois não seria a vida um direito inviolável. Paradoxalmente, com a pretensão de persuadir o leitor, Fernando do Ó respaldava-se em pressupostos de ordem igualmente moral. Dessa forma, colocou o fim do sofrimento como uma dimensão da compaixão e piedade da sociedade com o enfermo. E ressaltava:

Quem tem o direito de me manter na vida, si essa vida por uma enfermidade qualquer, tornou-se inútil, e perigoso. Quem tem o direito de prolongar uma existência, si não pode ao mesmo tempo que a conserva, torná-la feliz pela restituição da saúde, do supremo bem? (Diário do Interior, 30/05/1933).

Tal aspecto coincidia com as mudanças em curso do conceito de Estado e cidadania, incitando pressupostos da ordem da moral-cristã. E obviamente que a questão iria sacudir o cenário de Santa Maria. Em artigo intitulado *Os Desertores da Vida*, o padre Rohden respondeu insipidamente à tese formulada de Fernando do Ó. Já na parte inicial de seu texto, o padre explicou o significado do termo, partindo da etiologia da palavra, concluiu que Eutanásia significava bem morrer.

Dessa maneira, Rohden concentrou-se nas afirmações do doutor, revelando, dessa forma, um discurso de viés religioso na tentativa de persuadir o leitor:

Não há moral que a justifique! É suicídio e suicídio é crime perante a consciência. Não sou senhor da minha vida; não fui eu que me dei, e não tenho o direito de lhe pôr o termo temerariamente. O Soldado collocado no posto avançado tem que perseverar nelle até que a ordem do superior o chame. A dificuldade de sua posição não justifica sua deserção. Seria

deshonra, fraqueza e convaridia!! (Diário do Interior,
4/06/1933)

Dialogando com as constatações de Fernando do Ó acerca de que a enfermidade tornava ávida inútil e perigosa, Rodhen enfatizou que tal pensamento constituir-se-ia limitado, pois desviava do plano máximo da vida humana de preparação para a vida futura e definitiva. Acusou tal pensamento como um pressuposto de paganismo, materialismo e epicurismo. Questionando se a moléstia realmente impossibilitava os homens de atingir o propósito do destino supremo que era o paraíso cristão, o céu, a vida após morte.

Por fim, quanto às afirmações de Fernando do Ó acerca de saúde e bem supremo, Rohden utilizou a estratégia de anulação do outro a partir de elementos do pensamento cristão que o mesmo denominou de “Filosofia Moral do Nazareno”. E sustentando sua ideia a partir da máxima de Jesus: “Bem aventurados são os que sofrem, diz que é credor dos reinos dos céus, quem perder fortuna, saúde e a vida por amor de Deus! A saúde não é o bem supremo” (*Diário do Interior*, 4/06/1933).

É possível destacar todo questionamento que Rohden suscitou, justificando as contradições existentes entre ciência e religião, pois os mesmos evidenciavam valores distintos. Afirmava que não há como conviverem, como estabelecer conexões. Assim, Rohden, conclamando o povo cristão Católico a defender uma causa em sentido ético-moral, afirmava: “Não sejas covardes, homem! Não desertes do posto em que colocou teu superior, por ser dificultoso esse posto! Seja heroe e sustenta com brio e coragem as investidas da sorte adversa. Vergonha aos desertores da vida!” (*Diário do Interior*, 4/06/1933).

O intelectual espírita recorreu a seu capital simbólico para rebater tais críticas:

Acontece que não encaramos o problema eutanásico sob o prisma religioso. Estudamol-o, rapidamente, e sob o ponto de vista científico. Não poderíamos fazer de outro modo, teríamos que condenar a legislação civil de povos cultos que não só não culmina pena a quem mata em legítima defesa da vida, da honra ou propriedade como até aconselha o desforço em questão de posse. O nosso objectivo não foi nem poderia ser outro a não ser de debatermos uma questão tão velha quase como a pena de morte. (*Diário do Interior*, 9/06/1933)

Na sua estrutura narrativa, o texto indicou a devoção como ponto limitador da compreensão do padre Rohden. Fernando do Ó, dessa maneira, levantava considerações dessa postura sectarista, considerando-a intolerante e agressiva. E justificou que escolheu tal abordagem, num viés científico, bem como poderia ter escolhido tematizar o fanatismo religioso sob a ótica de Freud, pois estava relacionado ao “recalcamento da libido” (*Diário do Interior*, 9/06/1933). Sendo assim, temos respostas claras de seu enfrentamento e entendimento de papel do estado, política e papel do intelectual.

Fernando do Ó questiona a organização do mundo e da sociedade. Sua crença na lei e no estado de direito tornava-se evidente como caminho único de propiciar a harmonia, regeneração e o progresso. Sua postura era defensora da separação de assuntos de cunho religioso e científico, dogmatismo e laicidade e que configuraram suas defesas no âmbito da disputa de campo e espaço religioso e intelectual. Nas entrelinhas, conferiu a necessidade de uma religião capaz de conviver com a ciência em ascensão. Nessa lógica, argumentava que:

Não, o direito não pode sancionar princípios de moral nem a ciência deve se condicionar os dogmas daquela religião que não puder encarar a ciência em todas as épocas da humanidade. Sob o ponto de vista do direito podemos discutir, podemos trocar ideias, mas nunca levando a questão para o terreno religioso, do qual afastamos o problema que debatemos em nosso último trabalho. (Diário do Interior, 9/06/1933)

Essa posição atravessava diversas instâncias em espaços específicos de discussão e interpretação da sociedade. O engajamento do autor seguiu algumas diretrizes específicas. Buscamos, a partir de agora, organizar as especificidades que denotam tal posicionamento de Fernando do Ó.

O ano de 1932 demarcou um momento importante no âmbito de conquistas dos direitos femininos, com a reforma do Código Eleitoral - através do Decreto nº 21.076. Os *novos tempos* de Vargas foram revestidos de ações que legitimaram novos atores e sujeitos sociais. É nessa perspectiva que a expansão do direito de voto, retirando todas as restrições para que o maior número possível de pessoas pudesse exercê-lo e, assim, participar efetivamente da vida pública, deve ser entendido, possibilitando a experiência das eleições para deputados constituintes (1933) e a escolha de seus próprios representantes para elaboração da nova Constituição do Brasil.

Os textos sob os títulos de *“Pagina de um romance”* em 1933, *“Pagina de Romance”*, *“A escravidão da mulher”* e o *“Crônica”* em 1934, versaram sobre o assunto da emancipação feminina e conquista de seus direitos políticos. Entre crônicas, narrativas e artigos, vislumbramos as inquietações que colidiram com a estrutura organizacional e cultural do Brasil nos anos de 1930. Considerando a semelhança argumentativa, optamos por pensar alguns pontos que ilustram a relação que Fernando do Ó se propõe a refletir.

O texto de 26 de novembro de 1933 relatava o diálogo entre duas personagens, Silvy e Lena. O recurso do narrador consistiu em apresentar diferentes formas de encarar “o problema das reformas sociais e emancipação da mulher”. Nesse sentido, temos Sylvia construída a partir de um pensamento tradicional enquanto Lena questionando tais pressupostos.

O narrador elucidou que a revolta de Lena não estava restrita ao fato de homens legislarem a lei sobre a função da mulher quando ressaltou:

O que ela não queria, e que lhe estava parecendo um desmantelo social, era esse caráter de perpetuidade do matrimônio, por que o que é “concebível é que num nível de cultura, os seres humanos porão mais elevados os seus ideais, e que a mulher redimida de sua escravidão e o homem emancipado de sua domesticidade, conceberiam cada vez menos imperfeito o seu ideal” (Diário do Interior, 26/05/1933).

Dessa forma, pensamentos questionadores passaram a povoar a mente de Lena, descritos nos seguintes termos:

turbilhonavam pelo cérebro, como serpentes de fogo a destruir-lhe a massa cinzenta, a morder-lhe a alma, a triturar-lhe o espírito. Independência econômica da mulher – a eliminação da prostituição, igualdade de direito – harmonia da vida social, liberdade sexual da mulher – factor de moralização dos costumes. Tudo isso cruzava em seu pensamento, à medida que relembra as palavras de sua amiga, cheia de amargura, cheia de espanto, por aquilo que ella chamava de paroxismo da degradação, a abolição completa do instituto familiar” (Diário do Interior, 26/05/1933).

A leitura de Fernando do Ó novamente dimensionava-se a partir da ciência e da legalidade. Refletindo sobre conceitos de tradição e modernidade, tradição essa vinculada ao casamento e à família, questionava a aplicabilidade da lei: “Quem tem direito de exigir da mulher e do homem que limitem as suas relações sexuais aos parágrafos de um código caduco e manco?” (Diário do Interior, 26/05/1933).

A partir de então, constatamos a estreita relação entre campo religioso e papel feminino. A família e a religião eram problematizadas quanto a sua influência no contexto social, justamente no contexto de 1933-34, numa perspectiva desafiante e audaciosa. Citando o sociólogo argentino José Ingenieros⁹ acerca de uma nova educação adequada às futuras relações familiares, alterando concepções de amor e sexualidade. E sob a tutela da liberdade, inferiu que: “A atual educação para o sacrifício matrimonial seria substituída por uma educação para a felicidade do amar. O ideal do amante substituiria o ideal do esposo” (Diário do Interior, 26/05/1933).

⁹ Filósofo, sociólogo, psicólogo e médico argentino, nasceu na capital da Sicília com o nome de Giuseppe Ingegneri e emigrou para Argentina ainda quando criança. Coursou a Faculdade de Medicina de Buenos Aires, da qual recebeu, em 1897, o grau de farmacêutico e, em 1900, de médico com sua tese “Simulación em la lucha por la vida”. Expoente do positivismo e do socialismo utópico escreveu obras sociológicas, como “El Hombre Mediocre”. Para mais informações ver GREJO, C.B. **Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros**: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920) [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 131 p.

Portanto, constatamos que suas inquietações mesclam elementos tanto do campo religioso quanto da sua formação intelectual. E esse entendimento não se restringe a questões morais. Visualizamos tal perspectiva em suas observações sobre o mundo do trabalho, economia e política que denotam relações de poderes e uma visão a respeito da atuação dos políticos.

Por ocasião do pós-30 e o impacto da crise de 29, Fernando do Ó, nos textos iniciais, advogou a favor do comércio, primando pela dinamização da economia, de forma a atender as demandas do que denomina ser povo oprimido e explorado. E apontou que “com patriotismo e boa vontade as tensões seriam resolvidas” (*Diário do Interior*, 27/11/1930).

Constatamos tal assertiva já em 1930, quando escreveu sobre formas de combater a disseminação do Comunismo Leninista:

O maior combate que se pode dar ao Comunismo que nos veio como consequência, dos desmandos governamentais, não é o encarceramento dos proselytos da doutrina de Lenin. Ir ao encontro das modestas aspirações do proletariado; regular horas de trabalho, reformar ampliando, a lei de acidentes de trabalho, expandindo-lhes o espírito do liberalismo; obrigar os grandes industriais e patrões a amparar o operariado valetudinário, tomar, enfim, medidas atinentes ao bem estar material – eis o melhor e mais eficaz meio de combate ao Bolchevismo (*Diário do Interior*, 27/11/1930).

Tais considerações também são estendidas aos trabalhadores do campo, mencionando a ocupação em Mato Grosso, Amazonas e Goiás. Acerca disso, refere-se à organização de núcleos agrícolas com incentivos como moradia, atendimento hospitalar, sementes, instrumentos aratórios e dinheiro, entendendo que a ocupação do campo é uma forma de amenizar o inchaço das grandes cidades, onde “convergem desocupados de toda espécie” (*Diário do Interior*, 27/11/1930).

Temos indícios de sua crença na tutela do estado de forma a propiciar a felicidade de seu povo. O trabalho aqui é entendido como parte integrante do progresso. Se no contexto anterior mantinha proximidades ao governo Vargas, a radicalização de sua postura se manifestou após sua candidatura à Constituinte de 1933 e que revela a sua participação no movimento pró-liberdade religiosa¹⁰.

Em texto intitulado *Mal é o Regime*, publicado em 1934, percebemos alguns pontos que Fernando do Ó defendeu. Atribuindo a existência de problemas econômicos no governo provisório, dimensionou o papel da “sociologia”, de forma a amenizar os conflitos e tensões. Fiel ao pensamento dominante, evidenciou a sociedade sob o

¹⁰ Fernando do Ó foi candidato à deputado à assembléia constituinte de 1934 pela Liga Pró-Estado Laico. Em nossa análise, confrontamos as disputas religiosas do presente momento. Nesse sentido, em oposição às elites católicas, a Liga Pró-Estado Laico defendia o estado laico e a liberdade religiosa. É a partir desse momento que Fernando do Ó é alçado à condição de inimigo católico na cidade de Santa Maria. O pleito ocorreu em 3 de maio de 1933, e o candidato obteve cerca de 1696 votos, sendo a Liga Pró-Estado Laico a menos votada.

paradigma de uma sociologia positivista, capaz de enunciar leis gerais, tal qual a biologia, a química e matemática. Partindo da máxima que, se um governo nega o direito aos seus governados, mais a revolta se acentua, enfatizou medidas reformadoras na mesma lógica:

Se o nosso problema é econômico como assevera o Senhor Getúlio Vargas, o nosso problema é econômico e nunca o político, segue-se que deve mudar a estrutura econômica do país com leis sábias que venham trazer ao homem desfavorecido o máximo de conforto e de bem estar. Mas o que falta para atingirmos a meta desejada? Coragem moral para ser desagradável aos que monopolizaram todos os factores da produção” (Diário do Interior, 19/08/1934).

A relação entre estado e sociedade descortina-se nos textos de autoria de Fernando do Ó de forma a indicar o caminho do bem estar e a liberdade de desenvolvimento do povo. Sob o olhar dos desfavorecidos, o fundo de garantias engendradas pelo Estado, na figura de garantias da lei, reforça seu olhar progressista, mas disciplinador. É importante destacar o ecletismo teórico elaborado de forma a evidenciar a relação entre Estado e sociedade, sendo o primeiro o agente capaz de dinamizar e amenizar as desigualdades dos homens, de despertar a solidariedade com o próximo, reduzindo o egoísmo e o materialismo triunfante, sendo a lei a forma de suprir a harmonia e a felicidade evidenciando uma proposta de organização da nação e o papel do cidadão brasileiro.

Considerações Finais:

Nesse artigo, procurou-se apresentar aspectos que problematizam a construção de projeto de nação defendido por Fernando do Ó e sua articulação com o espiritismo Kardecista na cidade de Santa Maria. Nessa lógica, entendemos que diante dos momentos de tensão e distensão do campo religioso da cidade, as ideias de Fernando permitem pensar uma interpretação de sociedade e sua lógica de organização. Com uma epistemologia própria, respaldado por conceitos colhidos em diversas correntes filosóficas (positivismo, Kardecismo, metapsiquismo), com o intuito de consolidar sua perspectiva cientificista, racional e letrada, defendeu a liberdade religiosa, o Estado laico, a aliança religião/ciência, empreendendo caminhos próprios de disputa e em diferentes espaços sociais, dialogando e estabelecendo propostas de unificação/homogeneização do estado nacional durante a Era Vargas. Fernando do Ó sim, foi um ideólogo subversivo, ora em oposição, ora em conciliação com a política do governo Vargas.

A partir da análise do Jornal Diário do Interior, interpretamos a nação defendida por Fernando do Ó. Tal prerrogativa implicava combater, segundo ele, o materialismo, o egoísmo e o individualismo triunfante, estabelecendo a moralização do cidadão brasileiro. Um ponto em comum com tantas outras vertentes religiosas como católicos e umbandistas. Porém, Fernando do Ó enaltecia um Estado, por sua natureza assistencialista, sustentando-se a partir da lei e capaz de garantir a liberdade e o direito a todos. Um Brasil letrado, legalista e capaz de criar condições ao povo desfavorecido e

inculto. Portanto, evidenciamos um sentido de patriotismo e nação diferente de pressupostos autoritários e corporativistas em voga. Vivenciamos assim um projeto silencioso, às margens, na contramão dos ideólogos do governo. Um sentido de democracia que não envolvia a condução a partir de um estado forte, autoritário e um “líder condutor dos homens”. Em detrimento do discurso de uma democracia autoritária, forjava-se uma democracia legalista, respaldada na laicidade, no livre-pensamento e formação educacional de qualidade a todos cidadãos. Na ciência e lei, homens educados pra viver em democracia e os novos tempos de Vargas.

Assim, percebemos, conforme Bourdieu (1998), que os agentes atuam ativamente no mundo e constroem suas visões de mundo. Por esse sentido, situamos nosso trabalho no contexto mais amplo de redefinição da identidade brasileira. Fernando do Ó trazia um projeto de nação ora em sintonia ora em disputa com o governo. Temendo a revolução vermelha, situando os problemas da nação em ordem moral e regeneradora, distanciando-se do ideário que a identidade nacional está intrinsecamente relacionada à ação católica, e igualmente ofertando alternativas de progresso para a sociedade que fazia parte. Imprimindo sua leitura salvacionista aos moldes do Kardecismo. Seja a partir do direito de morte, de novas relações familiares e um papel feminino, casamento e sexualidade, seja a partir de uma economia e o papel dos governantes de forma a chocar-se com o monopólio e desigualdades econômicas a partir da lei. Uma lei social garantiria uma sociedade harmoniosa e livre da ameaça comunista. Nesse sentido, pormenorizamos seus engajamentos a partir de sua atuação enquanto intelectual da cidade de Santa Maria. A utopia de Fernando do Ó propunha uma nação laica, sob a ênfase da educação e do pensamento científico. Ao mesmo tempo em que inferimos a sua busca por soluções dos problemas da nação tendo por referência um modelo de atuação empreendido pelos intelectuais no cenário social.

Enfim, diante do até então discutido, pensarmos os registros de Fernando do Ó enquanto problematizadores de conceitos como Estado, republicanismo, laicismo, lei, cidadania e as fronteiras entre o público e o privado. Fernando do Ó deixou-nos marcas de seu pensamento liberal, espírita, acadêmico da Faculdade de Direito de Pelotas. Assim, tais vestígios confirmam o lugar social de onde fala e seu combate ao projeto de católico reconquista de influência na sociedade brasileira pós-1891. Buscamos, a partir disso, capturar as práticas culturais do sensível, as apreensões da realidade desses homens e mulheres (ISAIA, 2011), daqueles talvez silenciados frente uniformização de nação católica. Sua atuação esclarece o seu esforço pretensioso de porta-voz, revelando, dessa forma, seus combates e representações de um mundo em que a idéia de reforma da sociedade a partir de modelos alternativos aos existentes no que se refere ao papel do estado, seus costumes e valores da sociedade.

Referências

Fontes documentais utilizadas

1- Casa de Memória Edmundo Cardoso

Jornal Diário do Interior, Santa Maria, Janeiro de 1930- Dezembro de 1932

2- Arquivo Público Municipal de Santa Maria

Jornal Diário do Interior, Santa Maria, Janeiro de 1932- Setembro de 1939

3- Acervo Histórico da Aliança Espírita Santa-Mariense

- Estatutos da Aliança Espírita Santa-Mariense, 1926.

- Histórico da Aliança Espírita Santa-Mariense (1921-2001).

Livros, Teses e Artigos

ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião?* A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia/USP, 2008.

BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

BIASOLI, Vitor. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. 230 p.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república*. 2010. 369f. Tese (Doutorado em Estudos Históricos e Latino-Americanos), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BOMENY, Helena. *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: Dulce Pandolfi. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, v. , p. 137-166.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.183-191.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DORS, Marines. *Dyonélio Machado (1895-1985): os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual*. São Leopoldo: dissertação apresentada à Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Sumara Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N (org). *O Brasil republicano*. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.) *História da Vida Privada No Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol.4, São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.489-558.

ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998a.

_____. *Catolicismo Versus Umbanda: Lutas de Representação e Identidade Nacional (Senzala Delenda Est)*. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis, v. 16, n.24, p. 32-47, 1998b.

_____. *Transe Mediúnic e Norma Médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro da Primeira Metade do Século XIX: O olhar de Xavier de Oliveira*. *Esboços* (UFSC), v. 17, p. 31-50, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n.3, p.3-15, 1989

SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo: história e poder (1938-1949)*. Londrina: Edel, 2005.

_____. *Céu, inferno e purgatório: representações espíritas do além*. Assis. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis- Universidade Estadual Paulista. 2007.

SCHIMDT, Benito. Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 13-2

_____. SCHMIDT, Benito Bisso. “A Biografia Histórica”. In: GUAZELLI, Cesar A.B.; PETERSEN, S.R.F, SCHMIDT, B.B.; XAVIER; R.C. (org.) *Questões de Teoria e Metodologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 121-129.

SCHERER, Bruno Cortês. *Ações Sociais do Espiritismo: A Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, Santa Maria – RS (1932-1957)*. Santa Maria: Trabalho de Conclusão do Curso de História/UFSM, 2013.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.